



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº CM 14/2024 – FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA, ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.

I – RELATÓRIO

De autoria da Mesa Diretora, em análise por essa Procuradoria Geral, visa fixar a despesa orçamentária da Câmara Municipal de Iturama, para o exercício de 2023.

II - FUNDAMENTAÇÃO

É de competência de iniciativa exclusiva do Legislativo propor projeto desta natureza, nos termos do inciso XX, do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e inciso XXII, do artigo 8º, do Regimento Interno, transcrevo:

Lei Orgânica

Art. 40. Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições entre outras, expedindo o ato respectivo;

(...)

XX - elaborar o Orçamento da Câmara Municipal para o exercício seguinte, submetê-lo a apreciação do Plenário para ser referendado por 2/3 (dois terços) dos membros da Casa e encaminhá-lo ao Chefe do Executivo para ser inserido no corpo da Lei do Orçamento;

Regimento Interno

Art. 8º Compete, privativamente, à Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições entre outras, expedindo o ato respectivo:

(...)

XXII – elaborar o orçamento da Câmara Municipal para o exercício seguinte, submetê-lo à apreciação do Plenário para ser referendado por 2/3 (dois terços) dos membros da Casa e encaminha-lo ao Chefe do Executivo para ser inserido no corpo da Lei do Orçamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



A propositura por meio de Projeto de Resolução está adequada, conforme artigo 177 e seu inciso X do Regimento Interno, verifiquemos:

Regimento Interno

Art. 177. O projeto de resolução destina-se a regular matéria da exclusiva competência da Câmara Municipal, tais como:

(...)

X- outros assuntos de sua economia interna.

A Lei Orgânica estabelece vedação de utilização de despesa por elemento sendo imprescindível a descrição a nível de item, descrevo:

Lei Orgânica

Art. 135 (...)

(...)

§ 2º O Orçamento da Câmara Municipal de que trata o inciso XX, do artigo 40, classificará as despesas até o item, sendo vedada a utilização das despesas por elemento, apenas.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, reproduzo:

Regimento Interno

Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.

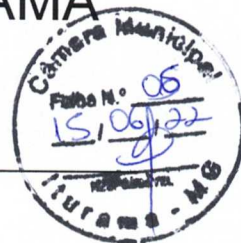
Art. 69. Compete à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se sobre matéria orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **2/3 (dois terços)**, conforme preleciona o art. 8º, XXII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado nas Comissões Permanentes,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



reproduzo:

Regimento Interno

Art. 8º Compete, privativamente, à Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições entre outras, expedindo o ato respectivo:

(...)

XXII – elaborar o orçamento da Câmara Municipal para o exercício seguinte, submetê-lo à apreciação do Plenário para ser referendado por 2/3 (dois terços) dos membros da Casa e encaminha-lo ao Chefe do Executivo para ser inserido no corpo da Lei do Orçamento;


III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de resolução em análise.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos Vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Resolução.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 15 de junho de 2.022.


David Tribioli Corrêa
Advogado